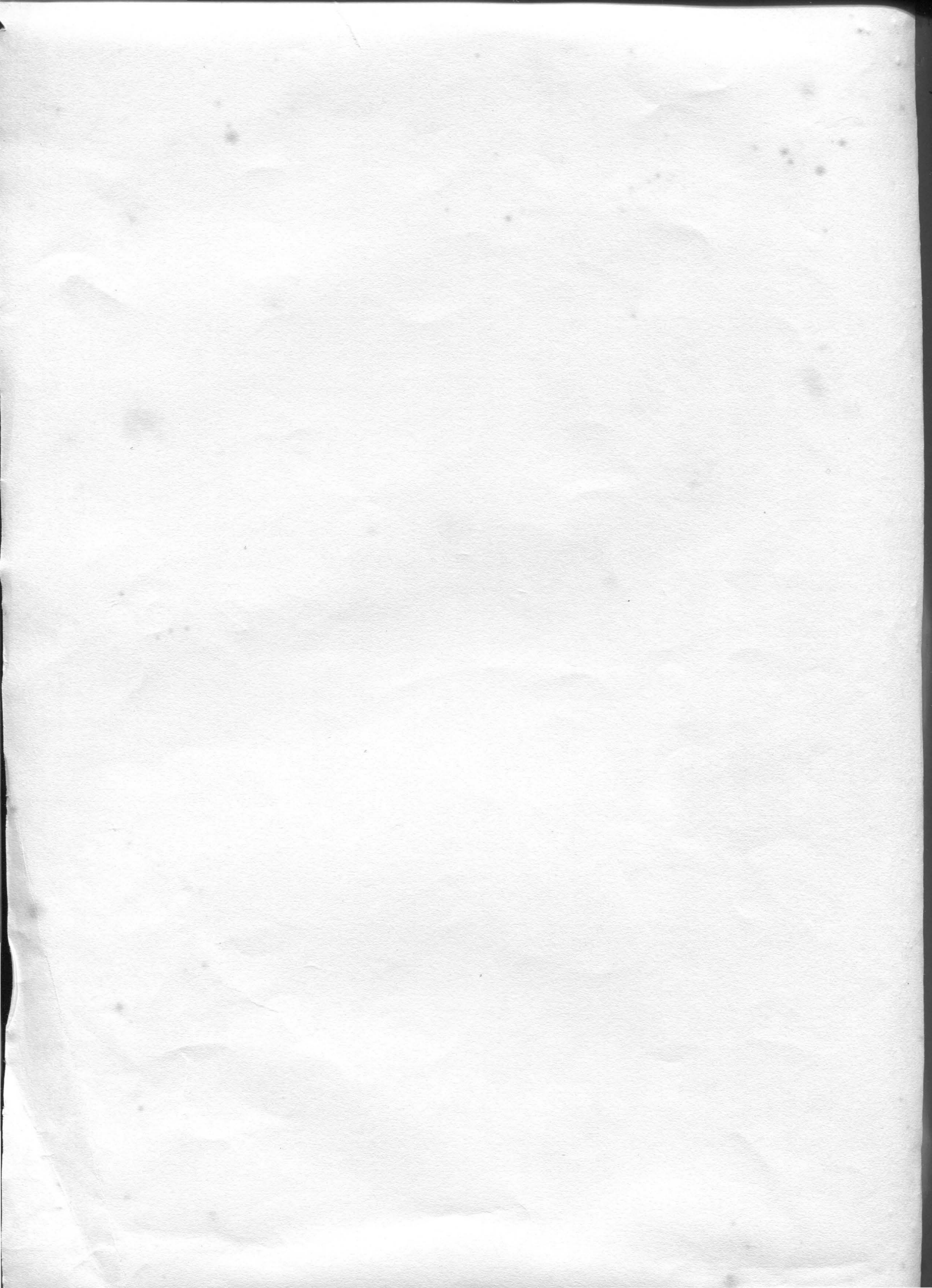


Pelo poder das escolas

programa de candidatura

à
Comissão directiva provisória
(distritos de Lisboa, Santarém e
Setúbal)
SINDICATO DOS PROFESSORES



2

~~B - AS FUNÇÕES DO SINDICATO~~ assim concebido serão essencialmente:

- a) defender os interesses de todos os professores;
- b) participar ao lado de todos os trabalhadores na luta pela transformação da sociedade portuguesa em ordem a uma efectiva democracia dos trabalhadores e para os trabalhadores - o socialismo;
- c) denunciar o carácter reacccionário da organização de um ensino, centralizado e burocrático, que, não tendo em conta a sua inserção real e autêntica na população, evita a integração da escola no meio geográfico e socio-cultural de que faz parte;
- d) denunciar um conteúdo de ensino que serve, porque planificado por um Estado capitalista, os interesses culturais, científicos e ideológicos do bloco social dominante;
- e) defender a autonomia da escola como unidade pedagógica e de criação, integrada numa política global de educação, de modo a identificar a sua função com os interesses de todos os trabalhadores e com o ensino em que se insere e a quem deservir.

Assim definido, O SINDICATO DOS PROFESSORES NÃO PODERÁ SER CONSIDERADO "APOLÍTICO", uma vez que é um organismo que defende os interesses duma classe trabalhadora, não podendo, como tal, tomar uma posição "neutral" face à natureza de classe do Estado.

De outro modo, ignoraria que o ensino é em si uma realidade política e abdicaria da finalidade anti-capitalista que o norteia, ao assumir passivamente o papel que a burguesia lhe impõe.

Mas O SINDICATO DEVERÁ OBSERVAR UMA TOTAL INDEPENDÊNCIA EM RELAÇÃO A QUALQUER PARTIDO POLÍTICO, o que equivale a dizer que só aos trabalhadores de ensino cabem as decisões e o controle da execução das mesmas.

Para tal, É NECESSÁRIO CRIAR ESTRUTURAS E DEFINIR PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS QUE GARANTAM O CONTROLE EFFECTIVO, DA BASE AO TOPO, PELOS PROFESSORES DO SEU PRÓPRIO SINDICATO.

2. O bloco social politicamente dominante no nosso país pretenderá que o Sindicato seja apenas veículo de reivindicações de tipo económico (vencimentos, carreiras, horas de trabalho, férias, etc.). Procurará assim escamotear por intermédio deste tipo de actuação toda uma série de problemas ligados
- à função da escola e sua inserção no meio geográfico e socio-cultural
 - ao conteúdo do ensino

AS REIVINDICAÇÕES IMEDIATAS DOS PROFESSORES deverão ser integradas numa perspectiva global de contestação da sociedade e do poder da burguesia, o que implica a subordinação dos interesses históricos da classe produtora.

AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DO ENSINO não se poderão limitar às reivindicações juitíssimas de melhoria de salário e de previdência, mas terão que compreender o direito à crítica e redefinição

- da função docente
- da estrutura e conteúdo do ensino, nomeadamente programas e métodos.

O que envolve necessariamente uma crítica à própria sociedade.

SE O SINDICATO SE CONFORMAR COM UMA PRÁTICA SINDICAL REIVINDICATIVA NÃO GLOBALMENTE PERSPECTIVADA e tomar o M.E.C. como opositor directo,

- não alterará mais do que alguns aspectos de menor alcance do estatuto docente, em vez de por em causa toda a sociedade;
- favorecerá o fortalecimento de tendências "elitistas" que quebrariam

"PELO PODER DAS ESCOLAS"

I

Declaração de Princípios

1.

UM SINDICATO é uma organização representativa dos interesses dos trabalhadores duma profissão ou actividade, cuja acção se destina a equacionar e defender esses mesmos interesses.

OS PROFESSORES exercem uma actividade que os unifica e os torna solidários na defesa de interesses comuns. Por isso, sentem a necessidade de se constituir em Sindicato.

Os professores, mesmo os que não são funcionários públicos, participam duma actividade controlada pelo Poder duma sociedade - O ESTADO - que organiza o seu enquadramento profissional.

O ESTADO PORTUGUÊS é resultante de uma sociedade concreta na qual as relações sociais capitalistas são dominantes. A organização e o conteúdo do ensino são postos pelo Estado ao serviço da classe e do bloco social capitalista dominante na sociedade portuguesa.

O SINDICATO DOS PROFESSORES defronta-se, portanto, dia a dia, com um Estado capitalista que perspectiva e dirige a organização e conteúdo do ensino e transforma os professores em veículos desse mesmo conteúdo.

CUMPRE AO SINDICATO TOMAR POSIÇÃO QUANTO A FUNÇÃO QUE O BLOCO SOCIAL DOMINANTE PROCURARÁ DETERMINAR AOS PROFESSORES.

A FORÇA DO SINDICATO RESIDE:

- A - na implantação que tiver ao nível das bases, o quão provém apenas do peso numérico dos seus membros mas das garantias que existam do real controle do sindicato pelas bases.
- B - nas funções que se proponha desempenhar e que efectivamente leve à prática.

A - A ESCOLA, como campo privilegiado da acção profissional, é a unidade base dos trabalhadores do ensino. Logo, a força do Sindicato dos professores reside na firme implantação que tenha nas escolas.

E A ESCOLA o centro da discussão colectiva a empreender em torno da crítica à função das instituições de ensino face à ideologia burguesa.

Deste modo, a unidade base do sindicato será a ASSEMBLEIA SINDICAL LOCAL (de escola, de zona ou concelho, consoante o grau de ensino), à qual caberá exercer o controle democrático do Sindicato - o que garantirá:

- a democraticidade total nos processos sindicais
- a descentralização organizativa.

"PELO PODER DAS ESCOLAS" é a fórmula que sintetiza esta posição.

- a unidade interna da luta dos professores
 - a unidade entre a luta dos professores e a de todos os outros trabalhadores
 em vez de contribuir para a transformação da sociedade actual noutra radicalmente diferente.

TENDO EM VISTA ESSA SOCIEDADE, que pressupõe:

- a apropriação colectiva dos meios de produção, o que implica o controle pelos trabalhadores dos meios de produção e a distribuição equitativa da riqueza produzida
- o fim da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual (ou seja: a integração daquele que produz no estudo e daquele que estuda na produção), a intervenção da escola não poderá limitar-se à formação de bons quadros, de bons técnicos, actualizados e competentes, mas deverá promover a formação total do indivíduo, fornecendo-lhe os meios necessários para actuar criticamente na sociedade.

ESSA INTERVENÇÃO DA ESCOLA só será efectivada através do exercício, por parte dos professores, do direito à crítica e redifinição

- da função docente
- da estrutura e conteúdo do ensino.

O que passa necessariamente por:

- 1- Crítica a todo o reaccionarismo e obscurantismo que através dos programas e métodos do ensino se pretende veicular.
- 2- Recusa de pedagogias reformistas subjacentes a meras reestruturações da sociedade burguesa.
- 3- Recusa do papel passivo de difusor da ideologia burguesa, o que se traduzirá
 - no enquadramento político e ideológico dos problemas
 - no reconhecimento da dimensão histórica e universal das realidades
 - na rejeição da óptica burguesa da interpretação do real - que conduz a uma visão parcelar e compartimentada desse mesmo real.
- 4- Crítica dos mecanismos de selecção de acesso ao ensino, de ordem económica e sócio-cultural, e consequente defesa duma real abertura da escola aos trabalhadores
- 5 - Recusa do autoritarismo pedagógico.
- 6- Reconhecimento do direito aos estudantes de participarem na dinâmica da escola.

3.

A consciência da necessidade urgente de uma reflexão colectiva e alargada em torno dos problemas do ensino assim perspectivados decidiu-nos a intervir no processo de eleição para a COMISSÃO DIRECTIVA PROVISÓRIA DO SINDICATO DOS PROFESSORES (Distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém).

Competirá a essa Comissão Directiva Provisória promover a discussão que contribua para uma resposta às seguintes questões:

- 1- Quem deverá ser considerado professor?
- 2- O Sindicato deverá incluir apenas professores ou outros trabalhadores da educação?
- 3- Deverá haver um Sindicato único ou uma Federação de sindicatos por sectores de ensino?

PROPOSTA DE PERSPECTIVAÇÃO DA ACÇÃO SINDICAL

1. Os professores trabalham em escolas e as escolas existem numa sociedade. Daqui decorre que a acção sindical dos trabalhadores de ensino terá de exercer na escola e na sociedade, em articulação estreita com a luta dos outros trabalhadores.

2. Um sindicato de trabalhadores de ensino só será forte e actuante se for forte e actuante nas escolas. De outro modo, poderá constituir-se uma máquina burocratizada, mais ou menos eficiente e complexa, privilegiando as "cúpulas" para as quais transferirá todo o poder de iniciativa e decisão.

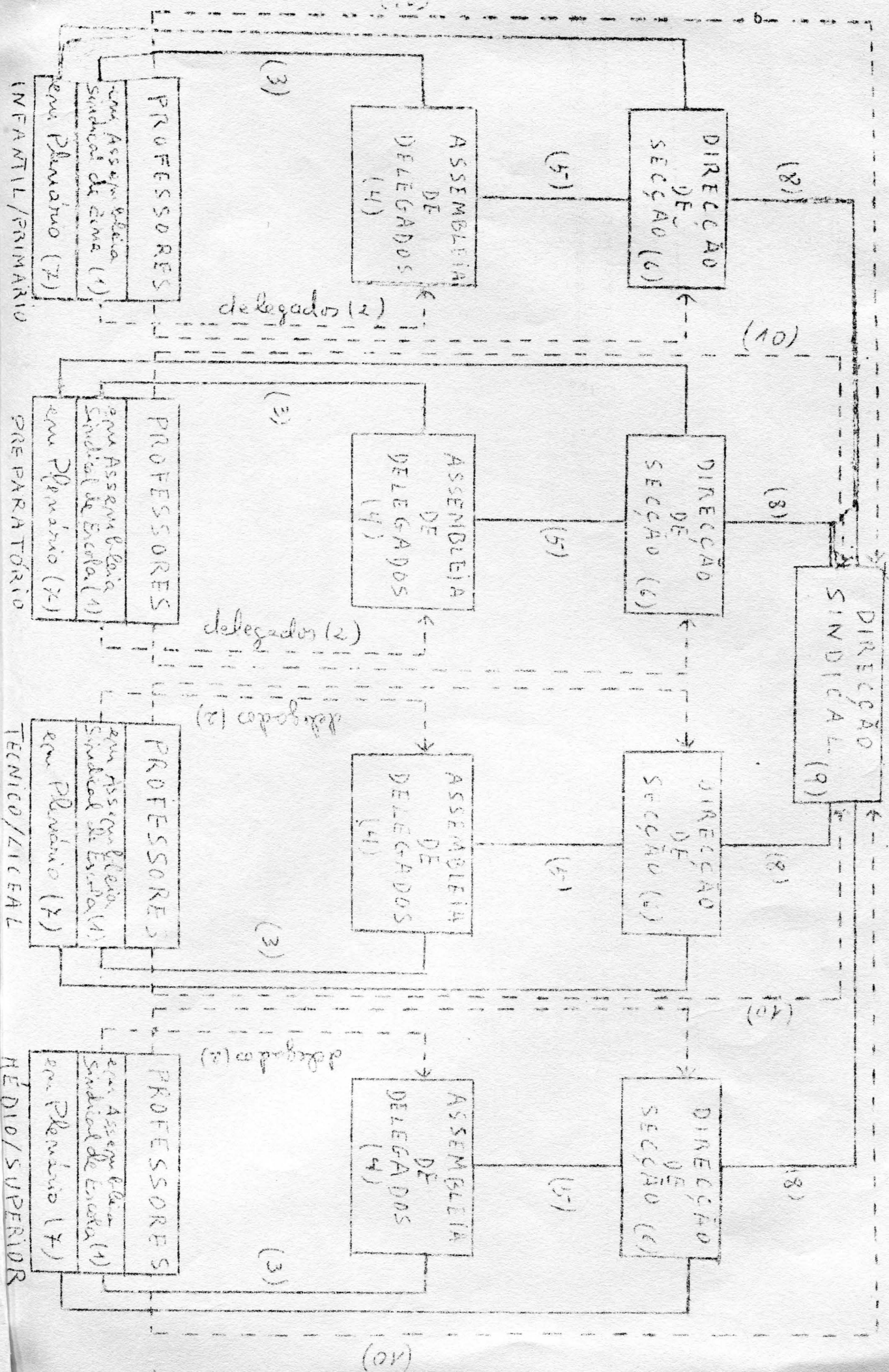
3. A actividade prioritária do Sindicato dos professores será sindicalizar os professores, isto é: fortalecer a organização sindical na escola. Celé- quios, mesas redondas, encontros inter-sindicais, jornais de parede, bo- letins, etc., são meios, entre outros, de promover a consciência sindical e política de um estrato profissional em que o isolamento, a desorienta- ção ideológica, a degradação salarial criadas por muitos anos de fascismo podem originar tendências corporativistas.

4. O Sindicato na escola deve analisar permanentemente as políticas deter- minadas pelo M.E.C. as quais são a expressão dos objectivos prosseguidos pelo Estado de difusão da ideologia burguesa. Essa análise, criticamente perspectivada, e que se traduz na defesa da autonomia de escola como unidade pedagógica e de criação, implicará movimentações e lutas de escola, im- plicará o lançamento de experiências pedagógicas inovadoras, variáveis con- coante as situações concretas.

5. O Sindicato deverá intervir nas tentativas de co-gestão em curso, afin- de evitar que se caia na confusão administrativa ou no seu controle, efecti- vo embora oculto, por parte do M.E.C. que esvazie tais experiências do seu sentido libertador. O Sindicato deverá opôr-se a que a co-gestão "afogue" os professores em actividades burocráticas, impedindo-os de dinamizarem as prá- ticas pedagógica e sindical.

6. O Sindicato deverá intervir na coordenação das relações entre professores e alunos, partindo da ideia central de que não há entre eles uma oposição fran- tal, de que nem os professores são capatazes ou patrões, nem os alunos proletá- rios recebendo como salários classificações. Nesta sentida, o Sindicato deverá promover, quando tal se revele possível e necessário, o esclarecimento dos alu- nos acerca dos objectivos e natureza do ensino.

7. Se um Sindicato de trabalhadores de ensino não pode existir sem se em- penhar na luta pelo poder das escolas, facilmente se perceberá, se não prolongar essa luta numa actuação na sociedade e em relação ao Estado - a que per- tencem as escolas. Tal prolongamento passa pela articulação da luta dos tra- balhadores de ensino com a luta de todos os trabalhadores, como atrás se re- feriu. Esta articulação, que só pode fazer-se através de sindicatos organiza- dos, terá como base a luta comum pela transformação das relações sociais capi- talistas dominantes, em relações sociais anti-capitalistas numa nova socieda- de: tal como os restantes trabalhadores, os professores foram e são vítimas do sistema capitalista - marginalização social, baixos salários, ritmos de tra- balho intensivos, formação deficiente, insegurança de emprego, divisões catego- riais, etc., a todos os meios recorre o capitalismo para fazer dos trabalhado- res de ensino agentes locais duma ideologia autoritária e repressiva.



8. O Sindicato dos professores—um sindicato organizado de professores—defrontará o M.E.C., numa dupla perspectiva: por um lado, tem de fazer valer os interesses materiais dos trabalhadores de ensino que são funcionários públicos—o mesmo terá que fazer, enquanto subsistirem as escolas como fonte de lucro de capitalistas, defrontando esses pequenos "industrialistas do saber"; por outro lado, o sindicato tem de intervir junto do M.E.C. na definição da política educativa, lutando pela transformação da escola.

9. O Sindicato deverá, nessa luta pela transformação da escola, abrir cada escola aos trabalhadores organizados, promovendo debates e, eventualmente, institucionalizando um diálogo que permita pôr a escola ao serviço efectivo dos produtores. Essa participação dos trabalhadores na definição da escola atenderá às suas solicitações diferenciadas consoante as regiões, principalmente nas zonas de implantação opifária e fabril.

10. Participando na Intersindical, o Sindicato dos professores intervirá na vida política portuguesa, na medida em que o exija a defesa dos assalariados.

III

PROPOSTA DE PRINCÍPIOS DE ESTRUTURAÇÃO SINDICAL

1. O Sindicato, seja qual for a orgânica para ele adoptada, é uma estrutura representativa de todos os trabalhadores de ensino, sem excepção, e que se rege por princípios de total democraticidade.

2. As estruturas e princípios organizativos do Sindicato deverão

- garantir o controlo efectivo de todas as suas instâncias, da base ao topo, pelos próprios professores
- ser adequados à especificidade da sua acção sindical e às necessidades impostas pelas lutas em defesa dos seus interesses.

Estas serão duas condições fundamentais a ter em conta na discussão colectiva e alargada que os professores irão empreender em torno da definição dessas estruturas e princípios.

A proposta que apresentamos é um contributo para tal discussão.